



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

**PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2019.

Parecer nº 44/2019 - GTA

Ref.: Processo: E-07/511.415/2010

Licenciamento ambiental. Competência Estadual. Licença Prévia. Implantação de Usina de Recuperação de Energia - URE, no bairro do Caju, localizado no município do Rio de Janeiro/RJ. EIA-RIMA. Manifestação jurídica obrigatória nos termos do art. 32, I, do Decreto Estadual nº 46.619/2019. Parecer condicionado ao esclarecimento da área técnica quanto à necessidade, ou não de supressão de vegetação e sua consequente reposição florestal.

Sr. Dr. Procurador-Chefe do INEA,

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo movido pela empresa CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL, instaurado com vistas a analisar a emissão de Licença Prévia (LP) para a implantação de Usina de Recuperação de Energia - URE, no bairro do Caju, localizado no município do Rio de Janeiro/RJ, conforme disposição na condicionante número 5.19 da Licença Prévia - LP nº IN015601, de 17/02/2011, concedida à SERB - Saneamento e Energia Renovável do Brasil S.A. (denominada CICLUS) para sua Central de Tratamento de Resíduos (CTR-Rio).

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

A condicionante 5.19 da LP Nº IN01560 recomenda que seja apresentada uma "proposta para implantação de uma unidade de geração de energia térmica que utilize no mínimo 10% dos resíduos de origem urbana".

O objetivo do Empreendimento é, em síntese, a incineração de resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos com geração e aproveitamento de energia elétrica.

A URE Caju terá a capacidade de processar 1300 toneladas por dia de diferentes tipos de resíduos com uma ampla faixa de poder calorífico e irá gerar 31 MWel (Green Energy) e uma geração líquida de energia elétrica estimada em 28,0 MWel (para rede).

Foi realizada vistoria para conhecimento da área, tendo sido elaborado o Relatório de Vistoria nº CEAMVRT 2102/15 (fls. 331-333), no qual foi constatada que a área "se encontra totalmente antropizada, aterrada, cercada e com vegetação ruderal".

No âmbito dos atos já praticados no presente processo, destaca-se que após longo lapso foi necessária nova formação de Grupo Técnico para elaboração de nova Instrução Técnica, uma vez que a primeira Instrução Técnica foi elaborada em 2011 (IT nº 11/2011 – Notificação CEAMNOT/01039084 – fl. 97).

Para tanto, o Coordenador da CEAM encaminhou os autos para aprovação e edição do CONDIR de Portaria para criação de novo Grupo de Trabalho para elaboração de instrução técnica específica para elaboração do EIA/RIMA, referente ao Empreendimento em questão (fl. 311), grupo este que foi aprovado, posteriormente, na 231ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais (fl. 316-320).

Na sequência, em ato do Presidente do INEA, foi publicada a Portaria INEA PRES nº 598/2015 (fl. 321-322), de 17/04/2015, criando Grupo de Trabalho para elaborar a Instrução Técnica Específica e proceder à análise e acompanhamento do EIA/RIMA.

Ato contínuo foi emitida a Notificação nº CEAMNOT/01066254 (fl. 353-354) notificando a empresa do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), de acordo com a Instrução Técnica nº 07/2016 (fls. 357-377).





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Em conformidade com o disposto na notificação enviada, o empreendedor protocolou junto à central de atendimento do INEA cópia da publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOE/RJ) e ainda, cópia da publicação em 3 (três) jornais de grande circulação informando sobre o início da elaboração do EIA/RIMA (fls.378-382).

Às fls. 482-486, em atenção à Notificação CEAMNOT/01077508, o empreendedor apresentou os comprovantes da publicação do aceite para fins de análise do EIA/RIMA pelo órgão ambiental.

Observa-se que, à fl. 492, foi acostada aos autos a Deliberação CECA nº 6.206/2018 referente à convocação da Audiência Pública, nos termos da Resolução CONEMA nº 35/2011, para tratar de assunto referente à apresentação e Discussão do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da URE.

Conforme se depreende dos autos, a Audiência Pública foi devidamente divulgada tendo sido realizado o correto rito em atenção à Resolução CONEMA nº 35/2011. A Audiência Pública foi realizada em 10/10/2018.

Em continuação ao processo de licenciamento referente ao requerimento da Licença Prévia da URE CAJU, foram apresentados pareceres técnicos necessários para a análise final do EIA-RIMA.

Importa destacar que a o Estudo de Dispersão Atmosférica (EDA) é um ponto de atenção na análise da viabilidade do empreendimento, uma vez que a GEAR, através da Notificação nº GEAR1NOT/01082406 datada de 26/07/2017, invalidou o EDA apresentado pelo não atendimento ao item 3 do anexo 3 da Instrução Técnica nº 07/2016.

3. O estudo de dispersão atmosférica somente deverá ser realizado e apresentado após a validação, por parte da GEAR/INEA, da Estimativa das Emissões Atmosféricas (ANEXO 2) e dos Dados Meteorológicos, citados no item 5 deste anexo.

Na sequência após apresentação dos documentos solicitados, foi emitida a Notificação nº GEAR1NOT/01096151, de 03/10/2018, solicitando correções no inventário de





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

emissões. A partir desta última complementação foi dado prosseguimento ao estudo, conforme Notificação nº GEAR1NOT/01098328.

Dada continuidade à análise do EDA, ainda foi constatada a necessidade de algumas correções e complementações, Notificação nº GEAR2NOT/01101409, sendo solicitado ao empreendedor inserir o cenário de Sinergia no estudo, e a correção de dados meteorológicos de superfície.

Apresentada nova versão, foi constatado alguns erros de configuração, tendo sido emitido nova Notificação (GEAR2NOT/01104612). Por fim, em última análise, em razão da não consideração das emissões de Material Particulado Total (MPT) geradas por suspensão de partículas decorrentes da movimentação de veículos no interior do empreendimento, foi necessária nova complementação (Notificação nº GEAR1NOT/01106137).

A última versão do EDA foi apresentada pelo empreendedor em 11/04/2019 contendo a errata com os itens solicitados.

A avaliação do Estudo de Dispersão de Poluentes Atmosféricos apresentado pela empresa foi realizada através do Parecer Técnico PT GEAR nº 17/2019 (Fls. 734-760). O parecer conclui que as contribuições de poluentes por parte da empresa, no empreendimento URE CAJU foram abaixo dos Padrões de Qualidade do Ar (Resolução CONAMA nº 491/2018) e que as interações com os demais empreendimentos instalados na região apresentaram ultrapassagens aos padrões de material particulado.

Tendo em vista as particularidades mencionadas e diante da possibilidade de parecer favorável a Gerência de Qualidade do Ar/Diretoria de Pós-Licença (GEAR/DIPOS) sugeriu, através do Parecer Técnico, algumas restrições técnicas por ocasião do requerimento da Licença Prévia - LP.

Por último, foi apresentado o Parecer conclusivo da CEAM (fls. 763-861), no qual a Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILAM, por meio do Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 14/19, manifestou-se favoravelmente à concessão da Licença Prévia requerida, mas, para tanto, determinou restrições e condições de validade, elencadas às fls. 858-861.

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Dessa forma, com o fim de dar prosseguimento à sua análise jurídica, o presente processo foi encaminhado à Procuradoria do INEA para manifestação.

## II. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O presente parecer jurídico tem por objeto a análise do processo de licenciamento ambiental de empreendimento subsidiado por EIA-RIMA, conforme estabelecido pelo art. 32, inciso I do Decreto Estadual nº 46.619/2019, a saber:

**Art. 32-** Será obrigatória à consulta à Procuradoria do INEA nas seguintes hipóteses:

I - processos de licenciamento ambiental em que houver elaboração de EIA-RIMA, sempre previamente à expedição da respectiva licença; (...)

Neste sentido, a elaboração do EIA/RIMA deverá respeitar o que foi estabelecido nos artigos 5º e 6º da Resolução nº CONAMA nº 001/1986 e, no Estado do Rio de Janeiro, na DZ-041.R-13, bem como na instrução técnica específica, Instrução Técnica nº 07/2016.

Assim, esclarece-se que este parecer visa analisar a legalidade do processo de licenciamento ambiental como um todo, e não do EIA/RIMA em si, os quais são estudos estritamente técnicos, que demandam o conhecimento específico para a sua análise.

Nesse contexto, o presente processo administrativo foi encaminhado à Gerência Ambiental desta Procuradoria para análise jurídica e parecer.

## III. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento em análise, conforme exposto no Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 14/19, consiste na implantação de Usina de Recuperação de Energia – URE, conforme recomendação da condicionante número 5.19 da Licença Prévia –LP nº IN015601, concedida à SERB – Saneamento e Energia Renovável do Brasil S.A. (denominada CICLUS), para sua Central de Tratamento de Resíduos (CTR-Rio).

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS** Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Ainda, de acordo com o Parecer, a escolha locacional se deu, principalmente, ao fato da área prevista para a URE Caju, ser contígua a Estação de Transferência de Resíduos (ETR) da CICLUS, da Unidade da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e, ainda, a proximidade com a Estação de Tratamento de Efluente (ETE) Alegria.

Ainda, conforme o PT nº 14/19, foi ressaltado que o empreendimento é um benefício compensatório, uma vez que sua implantação, além de diminuir a quantidade de carretas com resíduos domiciliares que chegam a CTR-Rio, ainda transforma parte do resíduo destinado ao processo de combustão em energia elétrica.

A URE Caju terá a capacidade de processar 1300 toneladas por dia de diferentes tipos de resíduos com uma ampla faixa de poder calorífico e irá gerar 31 MWel (*Green Energy*) e uma geração líquida de energia elétrica estimada em 28,0 MWel (para rede).

A Unidade de Tratamento Proposta, URE Caju, poderá processar quase todos os tipos de resíduos sólidos urbanos combustíveis, incluindo os resíduos de serviços de saúde e resíduos não perigosos de origem industrial, similares a RSU. A caracterização típica dos resíduos é heterogênea e será provável a ocorrência de variações significativas nas cargas dos mesmos.

A tecnologia adotada pela Usina de Recuperação de Energia, o tratamento térmico, tem "a capacidade de destruição da maior parte dos componentes do resíduo, promovendo uma significativa redução de volume (entre 80% e 90%), potencial de recuperação de energia superior aos aterros sanitários e aos digestores anaeróbios, e a necessidade de menor área para sua instalação".

#### IV. DA COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO

Em relação à competência para análise do processo de licenciamento ambiental, foi publicada a Lei Complementar Federal nº 140/2011, que dispõe sobre as ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum relativas à proteção do meio ambiente.

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Desta forma, foi definido na citada norma os requisitos necessários para estabelecer a competência de cada ente da Federação na promoção do licenciamento ambiental.

Anteriormente à publicação da Lei Complementar, utilizava-se como base para definição da competência do licenciamento ambiental a Lei Federal nº 6.938/1981 e a Resolução CONAMA nº 237/1997. Esta Resolução apresenta em seu Anexo I uma relação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, que não foram atingidos com o advento da LC 140/2011.

A Lei Complementar nº 140/2011, estabeleceu no art. 18, que sua aplicação dar-se-á somente "aos processos de licenciamento e autorização ambiental iniciados a partir de sua vigência", ou seja, 09/12/2011.

Assim, como o processo em análise teve seu início em 02 de dezembro de 2010, aplica-se ao presente processo administrativo a sistemática estabelecida na Lei Federal 6.938/1981 e na Resolução CONAMA nº 237/1997.

Desta forma, o texto do art. 10 da Lei 6.938/1981 anterior às alterações realizadas pela Lei Complementar nº 140/2011 estabelecia que o licenciamento ambiental deveria ser realizado, em regra, pelo órgão estadual e, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Neste sentido, a Resolução Conama nº 237/1997 atribuiu ao IBAMA a competência para o licenciamento de atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional em seu art. 4º, a saber:

**Art. 4º** - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o art. 10 da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

- I – localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe, no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União;
- II – localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;
- III – cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;
- IV – destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

energia nuclear m qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

V – bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

Na sequência, de acordo com o disposto no art. 5º da Resolução, são estabelecidos os casos de competência estadual do licenciamento ambiental, empreendimentos ou atividades (i) localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual; (ii) localizados em APPs; e, (iii) cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.

Por fim, resta estabelecido pela norma que o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio, compete ao órgão ambiental municipal (art. 6º da Resolução).

Desta forma, uma vez que o empreendimento em análise não se enquadra nas hipóteses de competência federal, impacto de âmbito nacional ou regional e, ainda, que a atividade não se enquadra como de impacto ambiental local, em decorrência da competência residual, compete ao estado o licenciamento em análise.

Por fim, vale esclarecer que, ainda que a competência fosse analisada à luz da legislação vigente, a competência para o licenciamento ambiental do empreendimento também seria do órgão ambiental estadual, uma vez que a Lei Complementar nº 140/2011 estabelece no art. 8º as ações administrativas do Estado, dentre elas a competência do licenciamento ambiental, a saber:

Art. 8º - São ações administrativas dos Estados:

(...)

XIV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º;







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Depreende-se da leitura da lei que a implantação do empreendimento em análise não se enquadra nas hipóteses previstas nos art. 7º e 9º da Lei Complementar nº 140/2011, conforme exposto acima.

Soma-se a isso, ainda, que a Resolução CONEMA nº 42/2012, que dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local e fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011, determinou que as atividades sujeitas à elaboração de EIA/RIMA, não serão consideradas de âmbito local, nos moldes abaixo:

Art. 1º – Fica definido, para fins desta Resolução, que impacto ambiental de âmbito local é qualquer alteração direta ou indireta das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e/ou a qualidade dos recursos ambientais, dentro dos limites do Município.

Parágrafo único – **Não será considerado de âmbito local o impacto ambiental quando:**

(...)

**III. a atividade for listada em âmbito federal ou estadual como sujeita à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).**

Isto posto, ratifica-se que a competência para o licenciamento ambiental da Usina de Recuperação de Energia – URE Caju será do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

#### V. DA LICENÇA PRÉVIA E DA ANÁLISE DO EIA/RIMA

De acordo com o disposto no art. 7º, inciso do Decreto Estadual nº 44.820/2014, Licença Prévia é o ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental, na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação.

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Da redação do dispositivo transcrito, que reproduz o texto do art. 8º, I da Resolução CONAMA nº 237/1997, se infere que a localização e a concepção do empreendimento devem ser definidas na fase inicial do processo de licenciamento ambiental. Assim, caso sejam adequadas a localização e a concepção do empreendimento, a LP será concedida, atestando a sua viabilidade ambiental.

No caso de empreendimento ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, será necessária a apresentação de EIA, cuja elaboração deverá respeitar a inteligência dos artigos 5º e 6º da Resolução CONAMA nº 001/1986, conforme os quais:

**Art. 5º** O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou a SEMA ou, no que couber ao Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

**Art. 6º** - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

